

# A utopia tupi, segundo Montaigne

José Alexandrino de Souza Filho

*Universidade Federal da Paraíba (Brasil)*

## Resumo

O ensaio “Dos canibais” (I, 31), de Michel de Montaigne, sintetiza as principais questões levantadas pelo discurso utópico a partir do século XVI. Como se sabe, a própria *Utopia* de Morus foi imaginada a partir do relato dos descobridores do Novo Mundo. Montaigne considerava a sociedade ameríndia como a consumação dos mitos antigos, em especial o da Idade do Ouro. Considerava-a próxima da perfeição, por ser uma sociedade organizada sobre princípios simples e regida pelas leis da Natureza. Os homens eram puros por serem precisamente selvagens e não terem sido corrompidos pela civilização. O discurso de Montaigne pretende ser também um exercício de historiografia “simples”, pela coleta de dados feita a partir da experiência e com base em relatos de primeira mão de testemunhas oculares idôneas. Montaigne levanta, ao narrar o episódio da visita de índios à França, questões como justiça social, relatividade cultural e representatividade do poder político, antecipando os desdobramentos que essas questões teriam no pensamento político moderno. A comunicação pretende re-representar a contribuição de Montaigne à literatura utópica, ao mesmo tempo em que procura refletir sobre o caráter ficcional desse tipo de discurso, a partir da apresentação de alguns dados novos, de natureza histórica, implicados nesse episódio.

## Palavras-chave

Montaigne, ameríndios, Idade do Ouro.

Ao lado da *Utopia* de Thomas More, texto fundador do gênero utópico, o ensaio “Dos canibais” (I, 31), de Michel de Montaigne, talvez seja um dos textos renascentistas que melhor representam o impacto que a descoberta da América provocou nos humanistas europeus, no século XVI. Diversos viajantes descreveram as sociedades ameríndias, alguns tendo tentado mostrar seus aspectos positivos em relação às européias, como o fez, por exemplo, Jean de Léry<sup>1</sup>; diversos humanistas enalteciam a figura do selvagem livre, em detrimento dos civilizados presos a uma engrenagem que os escravizava, como o fez, por exemplo, Ronsard<sup>2</sup>; mas nenhum texto, em âmbito francês, foi tão bem sucedido quanto o de Montaigne em usar a sociedade indígena, no caso, a brasileira, para criticar a sociedade francesa, mostrando quão logicamente absurdas eram determinadas convenções, em particular, a representatividade do poder político nas monarquias, e quão injusta era aquela mesma sociedade que aceitava como natural, pela força dos costumes, certo estado de coisas doravante percebido como inaceitável, graças supostamente à intermediação do olhar estrangeiro.

Como se sabe, Montaigne não escreveu seu ensaio apenas para sugerir reformas na ordem política e social do Estado francês. Um de seus principais objetivos, senão o primeiro, era combater certa idéia, então amplamente difundida e em certo sentido aceita, segundo a qual os povos ditos bárbaros e selvagens eram moral e intelectualmente inferiores aos europeus. O ensaio tinha, portanto, um objetivo político claro: apresentar argumentos em defesa da humanidade dos índios, desmascarando aqueles que pretendiam usar tais argumentos para justificar suas ações criminosas a pretexto de civilização (palavra que ainda não existia)<sup>3</sup> e religião. Nesse sentido, Montaigne alcançou plenamente seu objetivo, na medida em que seu ensaio tornou-se talvez o mais conhecido dos *Ensaio*s e teve considerável repercussão.

O ensaio de Montaigne se estrutura a partir de dois eixos complementares: a descrição e exaltação da sociedade indígena e a exaltação daquele que foi posteriormente chamado de “bom selvagem”. Como muitos humanistas, Montaigne vê nas sociedades indígenas brasileiras uma espécie de sobrevivência da Idade do Ouro. Segundo este mito da Antiguidade clássica, difundido primeiramente pelos gregos (Hesíodo, Platão etc.) e posteriormente pelos latinos (Ovídio, Catulo etc.), no começo dos tempos os homens viviam em plena harmonia com a natureza e os animais, gozando de perfeita felicidade numa espécie de paraíso terrestre.

Na comparação entre o modelo literário e a experiência, diz Montaigne, a realidade supera a ficção. Não apenas o modo de organização da sociedade indígena supera o mito da Idade do Ouro como também modelos mais sofisticados, como a *República* de Platão, e outras “invenções” filosóficas:

Il me desplait que Licurgus et Platon ne l'ayent eüe [la connaissance des hommes du Nouveau Monde]; car il me semble que ce que nous voyons par experience en ces nations là, surpasse, non seulement toutes les peintures dequoy la poësie a embelly l'age doré, et toutes ces inventions à feindre une heureuse condition d'hommes, mais encore la conception et le desir mesme de la philosophie (1999, p. 206).

<sup>1</sup> *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil* (1578).

<sup>2</sup> *Discours contre fortune* (1560).

<sup>3</sup> As palavras correntes no século XVI relacionadas ao conceito de civilização eram *civil* e *civilidade*. A palavra *civilização* surgiu, pela primeira vez, na França, no século XVIII, através de Mirabeau pai (cf. Elias, 1973, p. 58).

Montaigne insiste na comparação com a sociedade ideal imaginada por Platão contrapondo-a à sociedade real, espontânea, não planificada, dos índios brasileiros, com vantagem para esta última. Esta era melhor precisamente porque não possuía a organização e o refinamento daquelas a que chamamos hoje de civilizadas. A famosa enumeração negativa é também a melhor síntese da sociedade indígena. Aos olhos de Montaigne esta pobreza institucional e organizacional é a verdadeira riqueza dessas comunidades; a ausência torna-se vantagem e não deficiência. A sociedade indígena é a sociedade do não, da ausência.

C'est une nation, diroy je à Platon, en laquelle il n'y a aucune espece de traficque, nulle cognoissance de lettres; nulle science de nombres; nul nom de magistrat, ny de superiorité politique; nul usage de service, de richesse ou de pauvreté; nuls contrats; nulle successions; nules partages; nules occupations qu'oyssives, nul respect de parenté que commum; nuls vestements; nulle agriculture; nul metal; nul usage de vin ou de bled (1999, p. 206).

Comparativamente a outros textos contemporâneos, especialmente os relatos de viagem ao Brasil que André Thevet e Jean de Léry escreveram, a descrição que Montaigne fez da sociedade indígena e seus costumes não constitui propriamente uma novidade. Ele alega, porém, possuir informações de primeira mão, a ele transmitidas por uma testemunha ocular idônea: um empregado seu que teria participado da fundação da França Antártica, sob o comando de Villegagnon. Esta circunstância lhe serve como método historiográfico, pois Montaigne pretende repassar ao leitor informações “puras”, destituídas de preconceitos e falsificações, comuns entre viajantes com veleidades intelectuais ou literárias. A esse método de escrever a história, sugere Montaigne, poder-se-ia chamar de topográfico, ou seja, sua pretensão é tão-somente dar conta da fatia do conhecimento implícita em determinado lugar ou objeto de estudo. Subjacente ao método, como se sabe, está uma crítica dirigida ao cosmógrafo André Thevet, personagem polêmico que era acusado justamente de inventar e mentir “cosmograficamente”, como disse seu desafeto e rival Jean de Léry. Se o empregado foi ou não uma invenção de Montaigne, é uma questão em aberto. Qualquer que seja a resposta, o fato é que é possível encontrar nos livros de Thevet e Léry a maior parte das informações veiculadas por Montaigne<sup>4</sup>, exceto a famosa “canção da serpente”, poema citado como exemplo das capacidades poéticas dos índios “selvagens” brasileiros<sup>5</sup>.

O valor etnográfico do ensaio sobre os canibais é evidentemente menor se comparado ao seu valor ético-político, ou humanitário. A defesa da humanidade dos índios e a capacidade de abertura à alteridade cultural de que Montaigne dá provas no seu ensaio, em especial a questão do canibalismo, são elementos que certamente contribuíram para a repercussão positiva que o mesmo teve ao longo de séculos. Ao lado desses elementos, muito contribuiu a narrativa, no final do ensaio, da visita de índios brasileiros à França.

Investigamos este episódio em detalhes, através de pesquisas feitas em arquivos e bibliotecas da cidade de Bordeaux, bem como pelo cruzamento

<sup>4</sup> Este trabalho de cotejo foi realizado por Afonso Arinos de Melo Franco no seu clássico *O Índio brasileiro e a Revolução francesa – As origens brasileiras da teoria da bondade natural*, p. 113-118.

<sup>5</sup> A “canção da serpente” foi apropriada pelo poeta tropicalista Waly Salomão que a recriou com o título de “Cobra Coral”. Publicada no seu último livro de poemas, *Tarifa de Embarque* (2000), o poema de origem indígena foi transcrito, tendo sido parcialmente traduzido e parcialmente modificado. O poema de Salomão foi musicado por Caetano Veloso no disco *Noites do Norte* (2000). A “canção da serpente” pode ser considerada o primeiro poema brasileiro. Ver a propósito nosso texto “Montaigne, Waly Salomão e a ‘canção da serpente’”, apresentado na XII Congresso Internacional da Abralic, em junho de 2008, em São Paulo. Ver também nosso livro *Projeto “Livraria” de Montaigne – Um passeio ao universo do escritor francês Michel de Montaigne*, p. 32-33.

de diversas fontes bibliográficas da época e atuais<sup>6</sup>. Chegamos à conclusão que o mesmo foi inventado por Montaigne, a partir de determinados fatos historicamente comprováveis, mas aos quais ele acrescentou elementos ficcionais, de maneira a adequá-los aos fins que pretendia. Chamamos de “conto canibal” o episódio da suposta conversação entre os índios brasileiros e o rei francês.

Não apenas a conversação foi inventada quanto o próprio local em que ela teria supostamente acontecido não correspondem à realidade histórica. Na verdade, Montaigne alterou o local dos fatos, pois houve, de fato, um encontro envolvendo os personagens citados. Mas ele aconteceu em Bordeaux, cidade do escritor, em 1565, durante a entrada real de Charles IX, e não, como Montaigne afirma, em Rouen, em 1562. Não cabe aqui reapresentar em detalhes nossos argumentos e mostrar as incoerências e contradições do texto de Montaigne à luz de documentos da época e de informações especializadas. Tivemos a oportunidade de fazê-lo em artigo da revista *Morus* (2006), entre outras ocasiões.

Mas uma vez enunciada nossa tese, não poderíamos deixar de apresentar resumidamente seus principais argumentos. De maneira geral, uma pesquisa sobre as circunstâncias históricas implicadas pela narrativa de Montaigne não permite validar o texto de Montaigne à luz dos fatos históricos. Vejamos por quê.

Montaigne afirma que os índios brasileiros conversaram com o rei da França em Rouen “no tempo em que o finado rei Charles IX lá estava” (1999, p. 213, tradução nossa). É possível datar esse suposto encontro através de uma simples pesquisa histórica: 1562 foi o ano em que o rei esteve presente ao cerco da cidade então ocupada pelos protestantes. Ocorre que o cenário era devastador, de acordo com diversos relatos de testemunhas oculares, uma vez que Rouen estava semi-destruída, depois de meses de violentos combates. O cenário real e aquele descrito no ensaio não combinam. Em “Dos canibais” (I, 31), Montaigne diz que os índios foram levados a passear pela cidade a fim de admirarem sua arquitetura e “a forma de uma bela cidade” (1999, p. 213). Em 1562, Rouen estava desfigurada, sua famosa catedral estava em situação deplorável. Essa contradição criou certo embaraço crítico em diversos pesquisadores que investigaram a questão, sobretudo devido à inexistência de outros testemunhos do suposto encontro, afora o de Montaigne.

Aprofundando um pouco mais a pesquisa, deparamo-nos com um conjunto de elementos que reconstituem a verdade histórica e desvelam as artimanhas de Montaigne. Em 1565, o mesmo rei Charles IX fez uma suntuosa entrada em Bordeaux, cidade de Montaigne. Diferentemente de Rouen, em 1562, a entrada de Bordeaux é pródiga em documentos e testemunhos oculares. O exame desse material não deixa dúvidas que o teor da suposta conversação entre os índios e o rei foi inventado por Montaigne.

Montaigne fazia parte do corpo social que desfilou diante do palanque do rei, armado fora dos muros da cidade, em frente ao convento dos Cartuxos, no atual bairro de Quinconces, em Bordeaux. Ele tomou parte

<sup>6</sup>Trata-se da nossa tese de doutorado *Civilisation et Barbarie en France au temps de Montaigne*, defendida em 19/12/2003, na Université Michel de Montaigne, em Bordeaux, sob orientação de Claude-Gilbert Dubois.

do desfile como membro do Parlamento de Bordeaux, juntamente com seus colegas. Desse desfile participaram também doze “nações estrangeiras”, ou seja, grupos de estrangeiros de várias origens, vestidos com seus trajes típicos. Como as entradas reais francesas imitavam o modelo dos antigos triunfos romanos, esses estrangeiros representavam os povos subjugados pelo rei da França, à semelhança dos antigos imperadores romanos, quando regressavam à Roma trazendo exemplares dos povos subjugados ao Império Romano. Em 1565, em Bordeaux, além de egípcios, turcos, árabes, gregos etc., faziam parte da ala das “nações estrangeiras” três tribos de índios brasileiros. De acordo com um dos relatos da entrada, tratava-se de “americanos, selvagens e brasileiros”<sup>7</sup>.

A certa altura do desfile, os representantes de cada uma das doze povos subiram no palanque e saudaram o rei, cada um em sua língua nativa, com tradução simultânea para o francês, graças aos intérpretes. Todo o desfile do corpo social foi pormenorizadamente descrito pelo primeiro escrivão do Parlamento de Bordeaux, Jacques de Pontac, que assistiu a tudo desde o palanque<sup>8</sup>. Em momento algum, ele faz referência a uma suposta conversação que teria havido entre os representantes das tribos indígenas brasileiras e o rei da França. Os outros documentos produzidos em função da entrada tampouco fazem alusão a este suposto fato, mas tão somente ao exótico encontro<sup>9</sup>.

Outros acontecimentos relativos à entrada aparecem no ensaio de Montaigne, iluminando o palimpsesto do texto. Mencionamos aqui apenas a mercurial de Michel de L'Hospital, pronunciada no Parlamento de Bordeaux alguns dias depois da entrada e à qual Montaigne estava presente, conforme consta dos Registros Secretos daquele Parlamento. A metáfora dos bárbaros usada no começo do discurso de L'Hospital, então chanceler da França, serviu a Montaigne de abertura para o ensaio sobre os canibais<sup>10</sup>.

Voltando ao encontro entre o rei e os índios, podemos então dizer que Montaigne, testemunha ocular dos fatos, serve-se desse acontecimento para imaginar uma conversação em que põe na boca dos canibais um discurso subversivo. O objetivo era mostrar aos franceses sua própria sociedade vista pela ótica de estrangeiros, de forma a fazer com que eles pudessem percebê-la de outra maneira, sem o condicionamento dos costumes. A primeira “observação canibal” questiona a representatividade do poder político na França, uma vez que ele era exercido por um adolescente (Charles IX tinha então 15 anos). A segunda trata da questão da desigualdade entre as pessoas. Nesse sentido, pode ser entendida como uma denúncia da injustiça social. Mas Montaigne vai além e faz seus canibais se indignarem com a passividade dos menos favorecidos, sugerindo uma espécie de revolta popular; o canibal se pergunta então: por que os mais pobres não pegavam os mais ricos pela gola da camisa e por que não ateavam fogo nos seus palacetes?

Conforme dissemos anteriormente, chamamos o episódio do encontro e da conversação dos índios brasileiros com o rei da França de “conto canibal”. Este elemento aponta para o caráter ficcional do discurso utópico característico desse ensaio de Montaigne.

<sup>7</sup> *L'entrée du Roy à Bordeaux*, fol. A iii (r<sup>o</sup>).

<sup>8</sup> *Registre secret du Parlement de Bordeaux* (copie Verthamon), Tome 16, p. 579-580.

<sup>9</sup> Jouan, 1566, p. 40; La Popelinière, 1581, Livre X, p. 381; D'Aubigné, 1612-1620, Tome II, livre quatriesme, chapitre V, p. 227.

<sup>10</sup> « Registre secret du Parlement de Bordeaux » (copie Verthamon), Tome 16, p. 610-612.

Gostaríamos de terminar nossa comunicação, apontando para certas semelhanças entre os escritores Thomas More e Michel de Montaigne. Praticamente contemporâneos<sup>11</sup>, os dois humanistas criaram gêneros literários tipicamente modernos: a utopia e o ensaio. Embora não sejam radicalmente novos, uma vez que têm antecedentes na história literária, os novos gêneros serviram, respectivamente, de porta-voz ao desejo de reforma social e política, e de instrumento de expressão para uma subjetividade crescentemente auto-afirmativa. No caso de Montaigne, poderíamos acrescentar que determinados ensaios, em especial “Dos canibais” (I, 31), também contemplam, em certa medida, o mesmo desejo que animou Morus. Enquanto um “inventou” a utopia o outro “inventou” o “bom selvagem”.

### Referências

- D'AUBIGNÉ, Agrippa. *Histoire universelle*. Edité avec une introduction et des notes par André Thierry. Genève: Droz, 1981-1982.
- ELIAS, Norbert. *La civilisation des mœurs*. Paris: Calman-Lévy, 1973.
- L'entrée du Roy à Bordeaux, avecques les Carmes Latins qui luy ont esté presentez, & au Chancelier*. A Paris, de l'Imprimerie de Thomas Richard, À la Bible d'or, devant le College de Reims, 1565.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio brasileiro e a Revolução francesa. As origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- JOUAN, Abel. *Recueil et Discours du voyage du roy Charles IX. etc*. A Paris, Pour Jean Bonfons Librairie, en la rue neufve nostre Dame, à l'enseigne S. Nicolas. M.D.LXVI.
- LA POPELINIERE, Lancelot Voisin de. *L'Histoire de France etc*. La Rochelle : Abraham Haultin, 1581.
- LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil (1578)*. Texte établi, présenté et annoté par Frank Lestringant. Précédé d'un entretien avec Claude Lévi-Strauss. Paris: Le Livre de Poche, 1994.
- MONTAIGNE, Michel de. *Les Essais*. Edition de Pierre Villey. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- Registre Secret du Parlement de Bordeaux commençant le 9. Juin 1564 et finissant le 31 Octobre 1565*. Recueilli et mis en ordre par les soins de François Martial de Verthamon d'Ambloy. Bordeaux 1770, t. 16.
- RONCARD, Pierre. *Oeuvres complètes*. Edition établie, présentée et annotée par Jean Céard, Daniel Ménager et Michel Simonin. Paris: Gallimard, 1993-1994.
- SOUZA FILHO, José Alexandrino de. "A arte do blefe: Montaigne e o mito do bom selvagem". In: *MORUS – Utopia e Renascimento*, Campinas, 3, 2006.
- SOUZA FILHO, José Alexandrino de. *Projeto “Livreria” de Montaigne*. Um passeio ao universo do escritor francês Michel de Montaigne. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

<sup>11</sup> Quando o inglês é executado por causa de suas convicções ideológicas, em 1535, o francês provavelmente ainda residia em Papessus, em casa de sua ama de leite, próximo ao castelo da família, pois tinha então apenas 2 anos de idade.